

Marechal Rondon e a Trajetória de um Militar Sertanista na Primeira República Brasileira: Investigação sobre a Intervenção do Estado e o Processo Civilizador da População Indígena

Marechal Rondon and the path of a “Sertanista” military man in the First Brazilian Republic: Investigation on the State Intervention and the civilizing process of the Indigenous Peoples

Marechal Rondon y la Trayectoria de un militar “sertanista” en la Primera República de Brasil: la investigación sobre la intervención del Estado y el proceso civilizador de los pueblos indígenas

Fernando da Silva Rodrigues*

Resumo: Esta investigação sobre a intervenção do Estado na sociedade brasileira na Primeira República foi delineada pela construção do território, pela delimitação das fronteiras terrestres e pela construção da nacionalidade. Será neste contexto que o Marechal Rondon, engenheiro e militar apoiou o projeto de Estado relacionado com a missão civilizadora dos grupos indígenas no sertão centro-oeste e norte do Brasil, base para integração do litoral ao interior, feito inicialmente através da construção das linhas telegráficas e definido com as demarcações das fronteiras.

Palavras-chaves: Rondon; militares; sertão; civilização.

Abstract: This investigation on the state intervention into Brazilian society in the First Brazilian Republic was designed by the construction of the territorial State, the delimitation of territorial boundaries and the construction of nationality. It is in this context that Marechal Rondon, who was an engineer and a military person, supported the state project related to the civilizing mission of indigenous groups in the Midwest and North of Brazil that was the basis for the integration of the coast to the interior, which was initially made through the construction of telegraph lines and set by the border demarcations.

Keywords: Rondon; military; hinterland; civilization.

Resumen: Esta investigación de la intervención del Estado en la sociedad brasileña en la Primera República fue diseñado para la construcción de la tierra, la demarcación de las fronteras terrestres y la construcción de la nacionalidad. Es en este contexto que la Mariscal Rondon, ingeniero y militar respaldó el proyecto del Estado relacionados con la misión civilizadora de los grupos indígenas de la travesía medio oeste y el norte de Brasil, la base para la integración de la costa al interior, hecho inicialmente a través de la construcción de líneas de telégrafo y establecer la demarcación de las fronteras.

Palabras clave: Rondon; militares; “sertão”; civilización.

* Professor e pesquisador de História Militar, Estudos de Defesa e fronteiras, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).

Introdução

Este artigo tem como proposta analisar o projeto civilizador do Estado brasileiro para os grupos indígenas do sertão da Amazônia na Primeira República¹, projeto estudado durante pesquisas sobre as relações dos militares com a ocupação do território e o controle das fronteiras Norte e Centro-Oeste do Brasil. Ação personificada principalmente, na figura do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, oficial do Exército brasileiro, no período de 1881 a 1930.²

Nísia Trindade Lima analisa a diferença entre sertão e litoral, como parte do processo de compreensão do Brasil na Primeira República. A autora discute os contrastes entre as regiões sociais e geográficas do país. Documentos sobre o sertão brasileiro mostraram a existência de dois países que não se conheciam. Tínhamos o Brasil do interior, tratado como atrasado, arcaico; e tínhamos o Brasil do litoral, tido como moderno. Essa imagem dos sertões, como local do atraso, das condições insalubres, foi reforçada pelos relatórios e obras literárias como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Da mesma maneira, os relatórios de viagens dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) construíram imagens marcantes sobre o cotidiano do interior do Brasil.

As viagens científicas realizadas no início do século XX ajudaram a construir uma ideia de realidade do que era o país e de como o sertão estava distante daquilo que se havia idealizado para a recente república. Para Nísia Trindade Lima (LIMA, 1998, p. 22), sertão e litoral surgem no pensamento social brasileiro como imagens de grande força simbólica, expressando os contrastes das diversas formas de organização social e cultural. Para a autora uma das possibilidades de analisar o seu sentido é na distinção entre tradição e modernidade, tema bastante estudado por José Murilo de Carvalho no capítulo “O Brasil de 1870-1914: a força da tradição”, do livro *Pontos e bordados: escritos de história e política*.

¹ Como Primeira República, entendemos o período que vai de 1889, com a Proclamação da República, até 1930, com a Revolução de Vargas. O termo é utilizado desde 1989, ano do centenário da República, quando Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira publicam o artigo *Primeira República: um balanço historiográfico*, na Revista de Estudos Históricos da Fundação Getúlio Vargas. Politicamente, foi um período estratégico para a formação do Estado brasileiro, quando houve a ampliação e a especialização do aparato burocrático estatal, com destaque para as transformações ocorridas no Exército (FERREIRA; GOMES, 1989).

² BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. *Fé de Ofício do General Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1881 a 1930*. ARTMHEx/FC – Pasta 25A, nº 010517.

Apesar de existir consenso na literatura sobre o avanço da modernidade no Brasil após 1870, a tradição foi suficientemente forte para manter os valores de uma sociedade rural, patriarcal, hierárquica. A modernidade ela mesma assumiu feições que a distinguiam do modelo clássico representado pela experiência anglo-saxônica. Preparou-se nesse período entre 1870 e 1914 o terreno para a modernização conservadora dos anos 30 (CARVALHO, 1999, p. 107).

A tradição não se revelava apenas na reação às transformações que ocorriam. Ela estava presente dentro do próprio conteúdo do que era visto e considerado como moderno pela elite brasileira. Moderno para esse setor eram as novidades tecnológicas, como a estrada de ferro e o telégrafo, a eletricidade; eram as instituições científicas de pesquisa, como o Instituto Manguinhos, o Instituto Butantã, as Escolas Politécnicas; eram as novas ideias que chegavam da Europa, como o darwinismo e o positivismo. Para as elites, tradicional era o português, o colonial, o catolicismo, o bacharel, o padre, o centralismo político, o protecionismo.

Outra parte desta investigação foi dedicada à pesquisa dos grupos étnicos e sociais que estão inseridos, em sua maior parte no sertão do Amazonas. Estado e civilização não é só o estudo do processo civilizador, mas também dos símbolos – como, os marcos regulatórios de fronteiras e a bandeira nacional –, que compõem a materialidade da intervenção do Estado sobre este espaço, que precisa ser dominado, de forma a evitar perda da soberania. Os símbolos podem ser instrumentos de integração social, pela sua condição de representação de poder ou de interesse pelo poder. Na condição de ferramenta de conhecimento e de comunicação, atingem os seus objetivos na sociedade em que forem inseridos.

No início da carreira, uma das primeiras missões do Marechal Rondon foi trabalhar na integração do litoral ao interior, através da construção de linhas telegráficas, símbolo do progresso e da modernidade. Uma das últimas missões foi realizar as inspeções dos limites terrestres nas fronteiras Norte e Centro Oeste como fechamento de um ciclo em que o Brasil vinha de longa data tentando estabelecer o domínio sobre o território que antes pertencia à Espanha e que foi incorporado ao espaço geográfico português e, posteriormente, passa a pertencer ao Estado brasileiro com sua independência política.

Metodologicamente, tratarei, nessa pesquisa, da análise dos documentos escritos produzidos pelo

Exército brasileiro e, mais especificamente, analisarei parte das imagens fotográficas produzidas pela Comissão de Inspeção de Fronteiras (1927-1930), chefiada pelo Marechal Rondon, articuladas à ideia de intervenção do Estado através do processo civilizador e como fonte documental que registra essa intervenção sobre o espaço e sobre os grupos étnicos que precisam ser dominados. No material documental produzido pelas turmas de inspeção de fronteiras, percebemos uma grande parcela privilegiando o tema espaço geográfico e que confirma uma intenção de se estudar o meio natural do sertão brasileiro o qual seria utilizado não só para reconhecimento das nossas fronteiras terrestres como também para estudos geopolíticos³ visando a futuras intervenções do Estado.

O estudo das culturas encontradas torna-se um complemento da avaliação territorial, visto que uma intervenção do Estado necessariamente passaria por todos os campos, desde o material até o pessoal. Percebe-se, nos álbuns fotográficos, grande quantidade de imagens produzidas dos grupos indígenas brasileiros e de países fronteiriços, além do registro de algumas imagens de negros que habitavam as regiões percorridas pela expedição. Os estudos etnográficos⁴ tinham por objetivo estabelecer o grau de desenvolvimento material desses grupos considerados inferiores, e facilitar o processo civilizatório e intervencionista.

Com relação aos procedimentos teóricos utilizei para essa investigação, o campo de uma Nova História Política (REMOND, 1996, p. 13-36) com

³ Bertha K. Becker, no artigo *Geopolítica da Amazônia*, proferido na conferência do Instituto Avançados da USP, em 27 de abril de 2004, afirma que, a geopolítica é um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico. Foi o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no Tratado de Tordesilhas, graças a estratégia de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência. A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de território (BECKER, 2005).

⁴ O termo etnia é atribuído aos chamados povos sem escrita, marcado por preconceito racista. A etnografia é a coleta descritiva dos documentos. A etnologia é a síntese comparativa, que coloca em prática, conceitos herdados da História, como o estudo de grupos humanos, tendo como objeto específico o estudo das relações de parentesco que asseguram sua coesão interna e que são regras não escritas entre pessoas que não possuem arquivos nem passado (NETO, 1997, p. 323).

enfoque no poder do Estado na formação de políticas intervencionistas e civilizadoras como mecanismo de controle do espaço e da população nativa do sertão Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Ao analisar a teoria de Processo Civilizador, percebi nas obras de Norbert Elias (1993; 1994) um material denso que permite a interpretação de novos e importantes olhares sobre temas diferentes. Portanto, entre tantos caminhos possíveis, prefiro tratar a ideia de controle político e cultural sobre as populações nativas do sertão brasileiro como parte de elementos de um processo civilizador ocidental, mesmo porque há em toda a produção intelectual de Norbert Elias um componente histórico que não pode ser desconsiderado.

O livro de Elias deve ser observado pelo resultado das ligações que o autor estabelece entre as mudanças nos comportamentos, nos costumes e na constituição psíquica dos indivíduos, com as alterações que se verificam na estrutura social. Nesse ponto temos a novidade e o impacto intelectual da obra, que, articulando um conhecimento histórico sólido com uma perspectiva sociológica abrangente, consegue resgatar as dimensões estruturais do processo civilizador, em curso no Ocidente a partir do século XVI.

Parece incontestável que a obra de Norbert Elias tem uma grande importância para os estudos históricos. Um exemplo que vem de historiadores brasileiros, é como Jurandir Malerba, trata da produção de Elias num artigo denominado “Sobre Norbert Elias”, reclamando contra o atraso na percepção tida pelo próprio circuito acadêmico e afirmando que:

Seu vigor reside não apenas no fato de ter-se antecipado em meio século a temas muito caros hoje em dia, sobretudo a Historiografia. Seu enfoque, sobre aspectos do comportamento humano estava à margem da pauta de preocupações da ciência histórica, tal como era entendida e praticada nos centros de pesquisa oficiais da década de 1930. Atualmente o olhar dos cientistas sociais – inclusive o dos historiadores – volta-se para as maneiras de vestir, comer, amar, apresentar-se, para os gestos e cerimoniais (MALERBA, 1996, p. 73).

Estes são temas bastantes presentes às análises de Norbert Elias, em especial nas obras de caráter mais historiográfico, como *A Sociedade de Corte* e *O Processo Civilizador*.

Em linhas gerais, o entendimento do sentido dado por Elias à ideia de processo civilizador é considerado por duas categorias básicas: poder e violência. O

entendimento da tensão entre a necessidade e o monopólio da primeira e o controle social e individual da segunda, dito de forma bastante resumida, estabelece as bases do processo civilizador ocidental.

Na resposta a estas questões, alguns aspectos merecem destaque como: a formação do Estado, com o aumento da centralização política e administrativa e da pacificação sob o seu controle; a elaboração e o refinamento das condutas e dos padrões sociais; o aumento concomitante da pressão social sobre as pessoas para exercerem o autocontrole; e um aumento da consciência reguladora do comportamento. Todos esses aspectos aparecem como elementos do processo civilizador, apontados por Elias, ou dos processos civilizadores, ocidentais desde o medievo.

Uma parte da trajetória política e militar do Marechal Rondon na Primeira República

Em pesquisa realizada anteriormente⁵, sobre a ocupação do sertão norte, na primeira metade do século XX, constatei a marca do intenso processo civilizador promovido pelo Estado brasileiro. Como percebi nas produções biográficas⁶ feitas sobre o Marechal Rondon, ele foi considerado um típico homem de seu tempo, com formação política e filosófica positivista, modelada pela Escola Militar. Essa mentalidade era inerente a um grupo de militares que se formavam com base do pensamento cientificista que dominava a preparação profissional de uma parcela da oficialidade brasileira oriunda da Escola Militar da Corte (1881-1889), da Escola Militar da Capital Federal (1889-1898), e posteriormente, da Escola Militar do Brasil (1898-1905), redutos do positivismo e do republicanismo no Exército.

Nessas escolas os alunos do curso de formação de oficiais tinham um ensino em que predominavam a matemática e as ciências físicas e naturais, ao invés de um ensino mais profissionalizante, voltado para as atividades militares⁷. A ideia de oficiais científicos está relacionada à formação de um Corpo de Engenheiros militares desde a época colonial, quando a defesa do território brasileiro normalmente era feita através da

construção de fortificações que também deveriam garantir a posse do território.

Nascido em 05 de maio de 1865, na cidade de Mimoso, próximo a Cuiabá, Província do Mato Grosso, Rondon era de origem indígena por parte de seus bisavós maternos (Bororó e Terena) e bisavós paternos (Guará). Em 26 de novembro de 1881, assentou praça no Exército, no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos. Recebida a formação básica de soldado, foi designado como amanuense (copiador de documentos) do Quartel Mestre General. Matriculou-se na Escola Militar da Corte, em 1883; em 04 de julho de 1888, foi promovido alferes-aluno, e em 04 de janeiro de 1890, concluiu o curso de formação de oficiais de engenharia recebendo o grau de bacharel em matemática, ciências físicas e naturais e sendo promovido a 2º Tenente.⁸

Seus pensamentos civilizadores baseavam-se nos ideais científicos (estudos geográficos, topográficos, cartográficos, etnográficos etc.) e nos ideais de progresso (construção das linhas e estações telegráficas) de forma que trabalhou na integração do Estado brasileiro principalmente com o objetivo de ligar o litoral ao sertão desconhecido. Suas ações pelos sertões brasileiros foram muitas: passou pela construção das linhas e estações telegráficas; pela criação e direção do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), em 1910; pela expedição científica Roosevelt-Rondon, em 1913 e 1914; pela chefia da comissão de Inspeção de Fronteiras, entre 1927 e 1930; até a função de delegado do Brasil junto à comissão mista internacional Peru-Colômbia, com sede em Letícia, em 1935.

Segundo a historiografia brasileira produzida na primeira metade do século XX, baseada numa História Política Tradicional, as atividades de Rondon tinham como ideal a integração e a civilização do sertão, principalmente dos grupos indígenas brasileiros esquecidos no seu “atraso cultural”, na sua condição de “sociedade inferior”. Desse ponto de vista, a proposta indigenista de Rondon era a de incorporar os índios à civilização ocidental, nada diferente as antigas missões religiosas católicas.

Havia, no entanto, significativas diferenças em relação à catequese religiosa tradicional. Salvar almas, não vidas, era normalmente, o único interesse de muitos missionários do passado. A destruição das

⁵ Pesquisa desenvolvida no estágio de Pós-Doutorado, na UERJ, no ano de 2013, com o título *Entre as fronteiras e a história: Rondon, fotografias e o processo civilizador do sertão norte brasileiro na Primeira República*.

⁶ Cf. MAGALHÃES, 1946, p. 15.

⁷ Cf. RODRIGUES, 2010, p. 46.

⁸ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. *Fé de Ofício do General Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1881 a 1930*. ARTMHEX / FC – Pasta 25A, nº010517.

formas religiosas tradicionais dos grupos indígenas, tipificadas como manifestações demoníacas, eram por si mesmas, agressões violentas contra a identidade e a cultura dos índios. Na proposta de Rondon, a catequese religiosa era trocada pelo culto cívico à pátria e à bandeira nacional, para ele, sem consequências tão dramáticas quanto à conversão religiosa forçada.

Rondon deveria unir o território, conhecer sua natureza, ser o instrumento de uma articulação política ao qual estava a serviço. Seria um símbolo nacional republicano: militar, positivista, patriota e civilizado. O ser engenheiro militar (ter uma formação científicista e estar a serviço do Estado) é fator preponderante na configuração do elemento que vai conduzir este processo civilizatório contemporâneo. O lema “Ordem e Progresso” têm o poder simbólico de garantir a integração do território nacional através de um progresso científico desenvolvido pelo Exército, instituição pública a serviço do Estado. As linhas telegráficas e as inspeções das fronteiras feitas pelo Marechal Rondon tornaram-se elementos de uma ideologia do poder, ou seja, promoveram a extensão das ações do Estado como centro político para suas regiões periféricas.

A primeira missão civilizadora que Rondon recebeu quando ainda era um jovem tenente foi a de integrar a equipe Major Gomes Carneiro, chefe da Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Araguaia, no ano de 1890. Em 1900, na gestão do presidente Campos Sales, o Capitão Rondon retornaria novamente ao Mato Grosso, nomeado Chefe de Distrito e Inspetor Permanente dos destacamentos militares instalados ao longo da linha telegráfica, cargos esses que desempenhou até 1908. Agora estava na condição de encarregado da construção de linhas telegráficas que ligaria Cuiabá a Corumbá, entroncando na estação de São Lourenço, com ramificações para Aquidauna e Forte Coimbra. Prosseguiu levando o telégrafo a Nioaque, Miranda, Porto Murinho, Margarida e Bela Vista na fronteira com o Paraguai, ordem que recebera do governo, a fim de prolongar a linha do sul do Estado do Mato Grosso⁹.

Até 1900, havia se tornado bastante sensível à insuficiência da ligação telegráfica de Cuiabá com o Rio de Janeiro, que nos pudesse garantir a defesa das vastas e desguarnecidas fronteiras mato-grossense. A conveniência de dotar a região com um sistema de comunicação rápido e seguro, era reconhecido desde os

tempos da monarquia, época em que ocorreram várias tentativas frustradas.

Foram feitas várias tentativas para levar o telégrafo até Centro-Oeste, mas o Pantanal e a floresta dificultavam toda ação do Estado com esse intuito. No pensamento estratégico dos militares, até 1900, nossas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia continuavam desguarnecidas e isoladas, por isso a intensificação dos trabalhos da Comissão de construção de linhas telegráficas no centro-oeste.

Com a intenção de ampliar ainda mais o alcance das linhas telegráficas federais, Affonso Penna, Presidente da República entre os anos de 1906 e 1909, criou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas¹⁰, também conhecida como “Missão Rondon”. O General Francisco de Paula Argolo¹¹, Ministro da Guerra incumbira Rondon de chefiar a equipe. O objetivo principal desta comissão era estender uma linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho, às margens do Rio Madeira, atualmente localizadas respectivamente nos estados de Mato Grosso e Rondônia.

No período, Bolívia e Brasil disputavam terras do Acre e o Brasil propôs um acordo, que em troca das terras, daríamos uma saída para o mar, através da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, por onde a exportação boliviana seria transportada até o Rio Madeira, embarcaria em navios, percorreria o Amazonas e seguiria destino pelo Atlântico. No entanto, para conseguir tal feito, o Brasil precisava estabelecer comunicação rápida com a Amazônia, pois o Estado precisaria controlar o transporte internacional que atravessaria nosso território.

A missão de ligar o Mato Grosso à Amazônia foi desenvolvida em três etapas: em 1907, é estabelecida a base para o início das operações a partir do Rio Juruena rumo ao Rio Madeira; em 1908, chega à Serra do Norte, cumprindo mais uma etapa de sua missão; em 1910, chega ao destino, no porto de Santo Antônio do Rio Madeira. Com isso, estaria completa a ligação telegráfica do Rio de Janeiro como o estado do Amazonas e a região do Acre, recém adquirida pelo Brasil através do Tratado de Petrópolis, assinado em 1903 e onde se executavam os trabalhos de

⁹ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. *Relatório do Ministro da Guerra de 1900*, p. 164.

¹⁰ BRASIL. *Missão Rondon*. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas, sob direção do Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916, p. 60-66.

¹¹ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. *Relatório do Ministro da Guerra de 1907*, p. 60.

construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. No entanto, o mapeamento das riquezas da região, o levantamento das populações indígenas encontradas nos sertões, os contatos e as relações estabelecidas entre o nativo e a Comissão, ajudou a definir a futura política indigenista do Estado brasileiro.

No ano de 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI) ¹², pelo presidente Nilo Peçanha. O serviço foi organizado pelo Marechal Rondon, seu primeiro diretor e extinto em 1967. Era subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria, e Comércio e tinha como objetivo prestar assistência à população indígena que se dividia em quatro categorias: índios nômades, índios arranchados ou aldeados, índios pertencentes a povoações indígenas, e índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivessem promiscuamente com civilizados.

O contato indígena com a civilização foi feito através da organização de povoações indígenas com seus Postos de Atrações e Postos de Pacificação, subordinados ao SPI. Tornaram-se posições intermediárias entre a selvageria e a civilização. Locais próprios para iniciar o processo civilizatório dos índios, que em seguida seriam inseridos na sociedade civilizada.

Pelo exposto, a liberdade dos índios era vista pela ação tutelar do Estado, dali se processaria sua inserção na sociedade civilizada. Os homens do Estado, principalmente os que pertenciam às instituições de formação científicas, avaliaram esta inserção do índio pelo progresso dirigido, como no trecho abaixo se fez pronunciar Luís Horta Barbosa, que exercera o cargo de diretor do SPI:

O serviço não procura nem espera transformar o índio, os seus hábitos, os seus costumes, a sua mentalidade, por uma série de discursos ou de lições verbais, de prescrições, proibições e conselhos, conta apenas melhorá-lo, proporcionando-lhe os meios, o exemplo e os incentivos indiretos para isso: melhorar os seus meios de trabalho, pela introdução das ferramentas; as suas roupas, pelo fornecimento de tecidos, e dos meios de usar a arte e de coser, à mão e a máquina; a preparação dos seus alimentos pela introdução do sal, da gordura, dos utensílios de ferro, etc. (...) as suas habitações; os objetos de

uso doméstico; enfim, melhorar tudo quanto ele tem e que constitui o fundo mesmo de toda existência social. E de todo este trabalho, resulta que o índio e não um mísero ente sem classificação social, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela para onde o queriam levar (MAGALHÃES, 1946, p. 55).

A categorização ajudava a organizar que tipo de unidade administrativa deveria orientar os trabalhos com os índios protegidos, de maneira que a transformação ocorresse da melhor forma. Para os índios que viviam longe do convívio social, instalavam-se Postos Indígenas de Atração. Para os índios em transição para o modo de vida civilizado, os Postos Indígenas de Assistência, Nacionalização e Educação. Para aqueles que viviam em contato prolongado com a população civilizada, os Postos Indígenas de Alfabetização e Tratamento. Para os grupos indígenas situados nas proximidades das fronteiras nacionais, os Postos Indígenas de Fronteira. Nas localidades onde houvesse interesse, criavam-se os Postos Indígenas de Criação, destinados à pecuária (CORRÊA, 2002, p. 127).

Além da proteção e integração indígena, o Serviço deveria estabelecer em áreas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananciais ou cursos d'água e meios fáceis e regulares de comunicação, Centros Agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais que satisfizessem as exigências regulamentadas no decreto. Administrativamente, a agência executava o serviço de assistência em favor dos índios e orientava no sentido de melhor aproveitamento dos trabalhadores nacionais, colocando-os em condições desejáveis como força produtoras que deveriam ser utilizadas e dirigidas, conforme o interesse e as necessidades econômicas do Estado ¹³. Esse processo intervencionista coincidia com as necessidades de desenvolvimento capitalista pelo qual o Brasil passava naquele momento de transição.

Na base da unificação das funções relacionadas aos índios e aos trabalhadores nacionais estava a ideia de que o indígena era um indivíduo em estado de transição. Seu destino seria tornar-se trabalhador rural ou trabalhador urbano. Em 1918, o SPI foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais ¹⁴. Em 1934, o

¹³ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura, p. 53. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2001/000091.html>. Acesso em: 05 janeiro de 2016.

¹⁴ BRASIL. Lei nº 3.454, de 06 de janeiro de 1918, que as duas atribuições separam-se e a instituição passou a SPI somente. A tarefa de Localização dos Trabalhadores Nacionais passou para o Serviço de Povoamento do Solo Nacional.

¹² BRASIL. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 que cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento.

SPI foi transferido do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o Ministério da Guerra¹⁵.

Nesse momento específico da investigação analisarei o funcionamento administrativo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que operou em diferentes formatos até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Para a administração da vida indígena foi formalizada uma definição legal de índio, através do Código Civil de 1916¹⁶ e do Decreto nº 5.484, de 1928¹⁷. Os índios tornaram-se tutelados do governo federal, um direito que implicava num aparelho administrativo único, articulando as relações entre os índios, o Estado e a sociedade. Dessa forma, por força da lei, o Estado passava a administrar a terra, a representação política e modo de vida dos índios.

O funcionamento das unidades administrativas do SPI envolvia a atuação dos indigenistas nos diversos tipos de postos indígenas (de atração, de criação, de nacionalização, de pacificação), assim como em povoações e centros agrícolas. O quadro funcional da agência envolvia desde militares até trabalhadores rurais sem nenhuma formação.

As principais iniciativas do SPI, regulamentada pelo documento de criação, estavam voltadas para a pacificação e a fixação dos grupos indígenas em terras de colonização recente. Em diversos estados da federação foram instaladas equipes de atração e inúmeros postos indígenas.

No entanto, a atuação da agência foi marcada pelo exercício contraditório, pois tinha por objetivo proteger as terras e a cultura do índio, mas agia transferindo índios de forma a liberar terras para colonização. Os agentes do Serviço aplicavam nos Postos Indígenas a técnica de contato desenvolvida pelo Marechal Rondon durante os trabalhos na Comissão de Construção de Linhas Telegráficas, mantendo atitudes defensivas até estabelecer uma relação de amizade com os índios e consolidar a pacificação. A partir daí, era iniciada a negociação com os governos estaduais com o objetivo de garantir uma reserva de terras para a manutenção da tribo indígena. Processo contínuo era introduzido atividades educacionais voltadas para melhorar a produção econômica e ações para melhorar as condições sanitárias da população indígena. A manutenção da ordem e das atividades no Posto Indígena podia ser

feita pela utilização direta ou sistemática de métodos coercitivos ou punitivos para se conseguir os resultados exigidos.

Outra estratégia utilizada para conseguir manter a ordem combinava a persuasão com a sanção, como no caso da distribuição de mercadorias no posto. Outra estratégia era o emprego de indígenas em cargos remunerados, como o de funcionário do posto, estreitando dessa forma as relações e criando dependências entre os índios e os agentes do SPI. Esgotados os mecanismos menos coercitivos para manutenção da ordem é que se poderia recorrer às sanções e às punições dos índios (CORRÊA, 2002, p. 135).

Outro momento importante da trajetória de Rondon está ligado à expedição científica com o ex-presidente dos Estados Unidos da América (1901-1909), Theodore Roosevelt, realizada entre 1913 e 1914 pelo sertão da Amazônia, que pode sintetizar bem os interesses internacionais, que pretendiam estabelecer o ideal civilizatório como forma de articulação de poder e dominação através do eixo centro-periferia. Essa expedição científica foi liderada por Rondon e Roosevelt. Foi a primeira a explorar o longo curso do “Rio da Dúvida” (renomeado mais tarde Rio Roosevelt), localizado em áreas da Bacia Amazônica. A expedição foi em parte patrocinada pelo Museu Americano de História Natural e deveria realizar a coleta de novas espécies da flora e da fauna da região.

A serviço do Museu de História Natural de Nova York, Theodore Roosevelt pretendia com a expedição, reconhecer uma região em sua maior parte desconhecida dos brasileiros e totalmente desconhecida dos norte-americanos. No seu processo de expansão, os Estados Unidos já dominavam internamente um vasto território que antes era controlado pelos indígenas da América do Norte e uma boa parte do território mexicano.

Como percebemos, com essa trajetória desenvolvida no âmbito da história nacional e desempenhando atividades articuladas ao poder central, Rondon pode ser identificado como representante do poder político neste processo civilizatório do sertão e da população indígena. O Brasil científico da primeira república via em Rondon o símbolo de todos os seus ideais. O general Rondon seria uma das portas de entrada para o mundo civilizado. O Estado percebia, nos elogios internacionais recebidos, que o caminho para o reconhecimento de um Estado civilizado, também passava por Rondon, e por seus trabalhos realizados, demonstrando o momento de projetar o outro Brasil, aquele que era tratado como exótico: o sertão centro-oeste e norte brasileiro.

¹⁵ BRASIL. Decreto nº 24.700, de 12 de julho de 1934.

¹⁶ BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. Parágrafo IV, Art. 6º Os silvícolas são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.

¹⁷ BRASIL. Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928. Regula a situação dos índios nascidos no território nacional.

O caso das inspeções de fronteiras de 1927 a 1930 como parte do processo civilizador do Estado

Em janeiro de 1927, o Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos determina que sejam minuciosamente inspecionadas as fronteiras do país até o final do governo do presidente Washington Luiz, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo então o General Rondon nomeado Inspetor de Fronteiras (MAGALHÃES, 1946, p. 245). A Comissão de Inspeção de Fronteiras era organizada com um Estado-Maior, um Ajudante de Ordem, Serviço Cinematográfico, Serviço Rádio Telegráfico, Serviço Sanitário, Serviço Telefotográfico, Serviço de trabalhos censitários das tribos indígenas, Serviço de Geologia e Serviço de Botânica. A inspeção no Norte e no Centro-Oeste tinha por objetivo atingir a linha de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana Holandesa (República do Suriname), Guiana Inglesa (República da Guiana), Venezuela, Colômbia, Peru, e Bolívia, dividida em campanhas pelos Estados do Pará e do Amazonas.

A primeira campanha¹⁸ iniciou-se pelo norte do país, abrangendo as fronteiras dos Estados do Pará e Amazonas, com a Guiana Francesa, Guiana Inglesa e o Sul da Venezuela. A segunda campanha partiu do Estado do Pará com destino à fronteira com a Guiana Holandesa. E a terceira campanha visou ao interior do país, seguindo do Amazonas ao Estado do Mato Grosso.

Para as turmas de inspeção do Pará Rondon deu incumbência de estudar a ligação, por meio de estrada de rodagem, entre Macapá e a Colônia de Clevelândia do Norte, passando pela Colônia Ferreira Gomes, à margem esquerda do rio Araguari; percurso da linha de fronteiras com a Guiana Francesa, na sua parte fluvial, subindo o rio Oiapoque, a partir de Clevelândia, até onde fosse possível navegar com as embarcações utilizadas pela segunda turma. E por fim, o percurso do baixo Oiapoque, de Clevelândia até sua foz.

Para as turmas de inspeção das fronteiras do Amazonas Rondon atribuiu as seguintes tarefas (MAGALHÃES, 1946, p. 151-152):

- 1ª Turma – chefiada pelo Capitão Boanerges Lopes de Sousa, percorrer a linha de fronteira

na parte limitada pelo rio Tacutu e levantar o seu curso, desde a sua confluência com o rio Uraricoera até a sua origem no pico Uunitão. Ao regressar deveria passar pela Serra da Lua e pela cidade de Boa Vista, fechando o seu percurso na Fazenda Nacional de São Marcos.

- 2ª Turma – chefiada pelo 1º Tenente Táles Facó, percorrer a fronteira na parte limitada pelo rio Maú e atingir o monte Roraima. Ao regressar deveria ter como objetivo, a região de Limão, na confluência do rio Surumu com o Cotin, no mais próximo possível da fronteira com a Venezuela.
- 3ª Turma – chefiada pelo Capitão Polidoro Corrêa Barbosa, deveria subir o rio Uraricoera, para explorar a fronteira da Venezuela. Após atingir a cabeceira do Uraricoera, deveria alcançar a cabeceira do rio Parima e inspecionar o estado dos marcos de fronteiras existentes, ou descobrir vestígios dos mesmos. Deveria ainda, obter informações dos trabalhos executados e objetivos da expedição do geógrafo norte-americano *Alexander Hamilton Rice* pela região do Rio Branco, atual Estado de Roraima, realizada entre 1924 e 1925.
- 4ª Turma – chefiada pelo 1º Tenente Joaquim Vicente Rondon, tinha como missão subir o Uraricará até a sua nascente e descobrir o marco de fronteira ali existente ou o vestígio dele.
- 5ª Turma – chefiada pelo Tenente Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães, deveria marchar da Fazenda Nacional de São Marcos por terra, alcançar o porto do Limão no rio Surumu, atingir a fronteira venezuelana, na Serra Pacaraima, um pouco além da maloca do Francelino e seguir até o monte Roraima.

Durante a análise do material iconográfico produzido pelas turmas de inspeção, percebi que a representação dos sertões brasileiros vista através dos olhos do topógrafo e fotógrafo Benjamim Rondon, responsável pelo serviço fotográfico da Comissão de Inspeção de Fronteiras, cuja chefia da expedição pertencia ao seu pai o General Rondon, está contextualizada dentro de um período marcado por um intenso processo modernizador que o Estado vinha promovendo do litoral para o interior, em virtude da necessidade de integrar essas regiões desconhecidas do Rio de Janeiro capital da República e centro político do Brasil.

O material iconográfico produzido pode ser dividido em fotografias, mapas e filmes. Neste artigo,

¹⁸ Tendo traçado o plano de iniciar a inspeção pelo Norte, organizou Rondon as diretrizes gerais, dividindo o trabalho em dois setores de ação: três turmas para inspecionarem as fronteiras com o Estado do Pará, e cinco turmas para inspecionarem as fronteiras do Estado do Amazonas. (MAGALHÃES, 1946, p. 151)

minha análise se limitou as imagens fotográficas que pertencem aos álbuns da expedição.

Os cinco álbuns que se encontram guardados no Arquivo Histórico do Exército, com um total de trezentos e cinquenta e uma fotografia, são resultado do trabalho feito pelo engenheiro militar Benjamin Rondon, que produziu e os organizou da seguinte forma:

- Álbum da Comissão de Inspeção de Fronteiras – Pará e Amazonas – Ano de 1927 – total de 136 fotos – tamanhos diversos (11,5 x 15 cm, 16,5 x 10,5 cm, 18 x 11 cm, 16 x 8 cm, 15 x 9,5 cm, e 10 x 5,5 cm);
- Álbum da Comissão de Inspeção de Fronteiras – Campanha de 1928/1929 (Primeira Parte) – Da cidade de Óbidos, Rio Amazonas ao Alto da Cachoeira Grande, última do grupo Paciência. Rio Cuminá, em caminho para a fronteira com a Guiana Holandesa, Estado do Pará. – total de 58 fotos – tamanhos diversos (36 x 15 cm, 8 x 4 cm, 15 x 9,5 cm, 9,5 x 15 cm, e 15 x 36 cm);
- Álbum da Comissão de Inspeção de Fronteiras – Campanha de 1928/1929 (Segunda Parte) – Da Barra do Rio Marapí sobre o Rio Parú do Cuminá ao acampamento da cabeceira Rica ao sopé do Pico Ricardo Franco. Campos Gerais ao Sul da Serra de Tumucumaque, Estado do Pará. – total de 36 fotos – tamanhos diversos (36 x 15 cm, 9,5 x 15 cm, 15 x 9,5 cm, e 17,5 x 15 cm);
- Álbum da Comissão de Inspeção de Fronteiras – Campanha de 1928/1929 (Terceira Parte) – Panoramas Photographados do Topo do Pico Ricardo Franco para documentar a conformação do Arco formado pela Serra Tumucumaque na cabeceira do Rio Parú do Cuminá; índios Tiriós, Rangús e Uianás. Marco de identificação e tomada de posse das fronteiras do Estado do Pará – Guiana Holandesa no divisor Mani-Pacheu. – total de 33 fotos – tamanhos diversos (36 x 15 cm, 17 x 15 cm, e 15 x 9,5 cm); e
- Álbum da Comissão de Inspeção de Fronteiras – Campanha de 1929/1930 (Segunda Parte) – Da Barra do Rio Acre sobre o Rio Purus, Estado do Amazonas, á mina de manganês de Urucum, Corumbá no Estado do Mato Grosso. – total de 67 fotos – tamanhos diversos (35 x 15 cm, 36 x 15 cm, 15 x 36 cm, e 21 x 15 cm).

As fotografias do primeiro álbum encontravam-se coladas, mas o álbum foi restaurado na própria Seção de Acervos Especiais do Arquivo Histórico do Exército e as fotografias acondicionadas e protegidas de maneira

correta. As fotos possuem legendas na base do corpo documental. Já as dos outros álbuns são tipificadas como panorâmicas, com uma proteção frontal de papel manteiga, onde foram datilografadas legendas referentes ao material produzido.

A minha proposta foi partir para uma análise da mensagem fotográfica com base nas seguintes categorias espaciais: o espaço fotográfico, o espaço geográfico, o espaço do objeto, o espaço da figuração e o espaço das vivências. O estudo de cada uma destas categorias espaciais presentes nos álbuns da Comissão de Inspeção de Fronteira tornou possível à avaliação dos códigos de representação que compõe a memória oficial desta expedição e o pensamento político e cultural destes militares liderados pelo General Rondon que teve uma missão específica designada pelo Estado cuja finalidade era a de promover a integração territorial do sertão ao litoral brasileiro através de um processo civilizador dos índios que habitavam estas regiões e o reconhecimento das fronteiras.

A inspeção das fronteiras Centro-Oeste e Norte se tornou uma necessidade vital para a consolidação da soberania territorial. O processo civilizador dos índios servirá para integrá-lo ao chamado mundo civilizado que tinha como modelo o litoral brasileiro, sendo esta etapa o passo mais importante para a conquista desta região desconhecida.

É neste contexto histórico do final da Primeira República no Brasil, onde não se tinha ainda conseguido totalmente a formação da nacionalidade nem a soberania do território, que devemos compreender as imagens fotográficas produzidas pela comissão de Inspeção de Fronteiras, chefiadas pelo General Rondon. A análise dessas fotografias permitiu entender o pensamento político deste momento histórico, pautado numa mentalidade modernizadora que tem no Exército seu principal instrumento de manutenção da ordem estabelecida e da expansão do progresso.

Além disso, ao realizar as análises das fotografias, tomei por princípio a identificação das ações dos expedicionários de forma que pudesse entender a construção de uma parte do processo intervencionista do Estado no sertão brasileiro. No caso das ações do Marechal Rondon pelo sertão, verifica-se certa intencionalidade com relação à documentação produzida, pois na condição de documento¹⁹ as

¹⁹ Há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira (LE GOFF, 1992, p. 540).

fotografias²⁰ servirão de registros do Estado no processo civilizatório desenvolvido no interior do Brasil, condição essencial para se estabelecer a soberania sobre as fronteiras internacionais.

Logo, a fotografia adquiriu a condição de fonte, através da qual podemos analisar um determinado fato histórico. A sua reprodução serve como multiplicador de conteúdo ou instrumento de disseminação da informação histórica.

Após a realização dessa pequena discussão metodológica, minha pesquisa pelos álbuns da Inspeção de Fronteiras começa avaliando qualitativamente a grande quantidade de fotos que privilegiam o objeto paisagem e que confirmaram uma intenção de se documentar o meio natural do sertão brasileiro o qual seria utilizado não só para ratificar as nossas fronteiras terrestres internacionais como também para estudos geopolíticos visando futuras intervenções diretas do Estado, ou seja, uma real intenção de se conhecer o território para se conquistar a soberania. A análise do espaço fotográfico, que tenta levar ao leitor um pedaço de uma realidade, foi composto segundo determinadas escolhas que podem consolidar um objetivo previamente estabelecido pelos componentes desta expedição em conformidade com os interesses do Estado.

O tamanho das fotografias varia muito do primeiro álbum para o último, conforme podemos apreciar no quadro abaixo:

Tamanho/Álbum	1º	2º	3º	4º	5º	Total
Pequena	18	–	–	–	–	18
Média	139	16	9	13	6	183
Grande	–	42	27	20	61	150

O primeiro álbum possui uma concentração maior de fotos médias e pequenas, é neste que se encontra a maior parte das imagens (157 fotos). Os outros álbuns seguem mais ou menos um mesmo padrão, com uma maioria de fotografias grandes, do tipo panorâmica, referente ao território. Todos os álbuns seguem mais ou menos um mesmo padrão temático, privilegiando imagens do grupo de expedicionários e de sua

²⁰ Toda fotografia foi produzida com certa finalidade. Se um fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros – *que foram produzidos com uma finalidade documental* – representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico (KOSSOY, 1998, p. 31).

liderança; da natureza com seus acidentes geográficos; dos grupos étnicos (índios e negros) e outros grupos sociais que habitavam na região; dos prédios públicos (Estações telegráficas, prédios públicos e outros); dos meios de transporte até as fotos da redescoberta do Forte Príncipe da Beira, construção do século XVIII, que se encontrava perdido no meio da floresta amazônica.

A variação do tamanho das fotos parece seguir uma intenção de se privilegiar em fotos grandes os aspectos da natureza (panorâmicas) os quais seriam principal objetivo da expedição, ou seja, inspecionar as fronteiras brasileiras, e num segundo momento, segue um bom quantitativo de fotos pequenas com os tipos e costumes dos grupos étnicos (índios e negros) localizados nas diversas regiões percorridas.

Com relação centralidade do objeto, as fotografias estão divididas da seguinte forma:

Objeto Central/Álbum	1º	2º	3º	4º	5º	Total
Paisagem	30	8	18	14	8	78
Acampamento	7	4	3	2	–	16
Figuração individual	20	5	5	6	6	42
Figuração Coletiva	85	25	10	11	42	173
Objetos	12	16	–	–	12	40

Nessa análise percebe-se uma forte tendência de se mostrar simbolicamente a representação do moderno e civilizado versus o selvagem, visto pela grande quantidade de figuração coletiva, principalmente de membros da expedição e dos povos indígenas. Por outro lado, a grande quantidade de fotos privilegiando o objeto paisagem confirma a intenção de se avaliar a natureza da região que deve servir para a ratificação e o reconhecimento das fronteiras brasileiras, assim como as áreas que devem receber intervenção do Estado.

Como já dissemos, o estudo das culturas encontradas torna-se um complemento da avaliação territorial, visto que uma intervenção do Estado passa por todas as áreas, desde o material até o pessoal. Ao lançar mão de conhecimentos etnográficos, arqueológicos, linguísticos, os expedicionários pretendiam comprovar a superioridade da civilização branca e a inferioridade de outros grupos, como: índios, negros e mestiços. Por outro lado, estabeleciam as condições para realizar uma intervenção cultural nestas sociedades.

A imagem a seguir registra um casal de índios Oyampi fotografados por ocasião dos levantamentos da Inspeção de Fronteira no estado do Pará (Figura 1).

No final do século XIX e início do século XX eram comuns as expedições científicas estrangeiras ou nacionais que tinham como objetivo recolher utensílios da cultura material indígena para que fosse utilizada pelas instituições científicas na análise etnográfica dos grupos, considerados povos sem cultura e sem história. Essa visão pode ser legitimada pela seguinte declaração do General Rondon, quando do traslado das urnas funerárias da serra Maruaí:

A cerâmica não denota civilização especial da tribo a que pertenceu. Lisa, sem nenhum desenho sobre as paredes do vaso, as duas partes da urna tinham a forma de uma terrina de boca larga terminada em pronunciado gargalo (MAGALHÃES, 1946, p. 161).

Além das expedições de busca material, também foram inúmeras as expedições de cunho médico-sanitarista. Durante a Primeira República, o saneamento básico e a saúde pública se constituíram em importantes objetos para se pensar o Estado nacional. Nesse momento, as políticas públicas que envolviam a saúde foram fundamentais para legitimar a presença do Estado em regiões isoladas do Brasil, contribuindo para efetivar a unidade territorial, caracterizado pela diversidade regional e pela tensão entre o litoral e o sertão²¹.

Considerações finais

Na pesquisa realizada, encontrei parte das respostas que precisava para entender melhor as expedições sertanistas do Marechal Rondon, que representa um momento específico da História Política da Primeira República no Brasil.

No período, a versão darwinista da República foi uma das variantes adotada pelo novo regime, pois suas bases teóricas eram importantes para manter e consolidar o novo regime, através do ideal de uma política de Estado intervencionista que promoveria o progresso do país.

Entre 1870 e 1930, o Brasil viveu este momento de modernização a partir do Estado, ou seja, o progresso foi sendo conseguido pela intervenção estatal, e o sertão e a população indígenas foram sendo integrados ao litoral.

Rondon teve sua formação política e filosófica modelada pela Escola Militar da Corte, reduto militar do cientificismo. Um período em que os pensamentos civilizadores se baseavam nos ideais de progresso e de construção da nacionalidade. Logo, as missões civilizadoras pelos sertões e dos índios promovidas pelo Marechal Rondon tinham como fator preponderante integrar o interior do Brasil ao litoral.

O período de 1927 a 1930 foi crucial para essa história política brasileira, com relação ao reconhecimento das fronteiras Norte e Centro-Oeste. As linhas telegráficas de Rondon ajudaram a ocupar o Centro-Oeste e a Amazônia, mas a inspeção de fronteiras completara o trabalho de consolidação de nossa soberania territorial, ratificando os nossos reais limites terrestres.

Com a investigação, podemos perceber que este processo civilizatório dos grupos indígenas tinha como principal objetivo diminuir as tensões existentes entre o litoral e o sertão, a fim de prepara o espaço para as intervenções do Estado, pois esse lugar no início do século XX ainda era desconhecido.

Essa questão pode ser contextualizada com os interesses civilizatórios da humanidade, através da ação de um grupo intitulado civilizado que promove ações com o objetivo de resgatar outro grupo da barbárie, no caso brasileiro está questão está relacionada aos interesses do centro político e econômico brasileiro, localizado no litoral, de resgatar o sertão e seu povo do atraso cultural e da sua condição de sociedade inferior, conforme argumentos racionais de uma política intervencionista.

Referências

BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. *Fé de Ofício do General Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1881 a 1930*. ARTMHEX/FC – Pasta 25A, nº 010517.

_____. Arquivo Histórico do Exército. *Relatório do Ministro da Guerra de 1900*.

_____. Arquivo Histórico do Exército. *Relatório do Ministro da Guerra de 1907*.

_____. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. *Missão Rondon*. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraficas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas, sob direção do Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

²¹ SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1939*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p. 28.

_____. *Relatório do Ministério da Agricultura*, p. 53. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2001/000091.html>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. Lei nº 3.454, de 06 de janeiro de 1918. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3454-6-janeiro-1918-571960-publicacaooriginal-95095-pl.html>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. Decreto nº 24.700, de 12 de julho de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24700-12-julho-1934-519729-retificacao-80373-pe.html>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>. Acesso em: 05 jan. 2016.

BECKER, Bertha. K. Geopolítica da Amazônia. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./abr. 2005.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG; 1999.

CORRÊA, José Gabriel Silveira. A administração dos índios: as diretrizes para funcionamento dos postos indígenas do SPI. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). *Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 125-146.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1903.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MAGALHÃES, Coronel Amílcar A. Botelho de. *Rondon, uma relíquia da pátria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MALERBA, Jurandir. Sobre Norbert Elias. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.

NETO, Edgar F. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 313-328.

REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1939*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

Recebido: 03 de maio de 2016
Aprovado: 29 de agosto de 2016

Autor/Author:

FERNANDO DA SILVA RODRIGUES fernandoahex@gmail.com

- Professor e pesquisador de História Militar, Estudos de Defesa e fronteiras, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), professor da Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica do Centro de Estudos de Pessoal do Exército, e bolsista de pesquisa da FAPERJ. Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e estágio de Pós-Doutoramento pela mesma universidade. Coordena o Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras, do CNPq, além de ser investigador do Laboratório de Estudo sobre Sociedade e Defesa (LABSDEF), da Escola Superior de Guerra. Autor do livro *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)* (Paco Editorial, 2010; 2013).
- Professor and Researcher of Military History, Defence and borders Studies, at the Post-Graduation Program in History, of the Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Professor of *lato sensu* Post-Graduate Studies in Pedagogic Coordination by the Centro de Estudos de Pessoal do Exército and has a FAPERJ research scholarship. Doctor in Political History by the Universidade do Estado do Rio de Janeiro and Post-Doctoral fellowship at the same University. Coordinates the Search group Military History and Borders, by the CNPq, besides being researcher of the do Laboratório de Estudo sobre Sociedade e Defesa (LABSDEF), by the Higher School of War. Author of *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)* (Paco Editorial, 2010; 2013).